

## Fontes para o estudo urbano: a organização do acervo de plantas arquitetônicas existente na Casa da Memória Paraná

*Elizabeth Johansen*<sup>1</sup>

*Juliana Gelbcke*<sup>2</sup>

*Juliana Pegoraro Kus*<sup>3</sup>

*Janaina Käfer*<sup>4</sup>

*Caroline Aparecida Magossi*<sup>5</sup>

**Resumo:** Este artigo apresenta as atividades desenvolvidas em um projeto de extensão que organizou o acervo de plantas arquitetônicas existentes na Casa da Memória Paraná, na cidade de Ponta Grossa (PR). O que justificou o desenvolvimento dessa atividade é o entendimento que os arquivos são um objeto cultural quando socialmente usados. Ou seja, atualmente, deparamo-nos comumente com depósitos de papéis sem organização, nem lógica de funcionamento e que erroneamente podem ser conhecidos como arquivos. Esse não é o caso da Casa da Memória Paraná, no entanto, devido à carência de mão de obra qualificada para a catalogação de todo seu acervo, parte dele continua fechado para pesquisa, não cumprindo sua função social. Dessa forma, o projeto realizou diversas atividades, ou seja, a partir da organização; higienização; catalogação; alimentação de um banco de dados virtual e a criação de um instrumento de pesquisa com as informações levantadas, pesquisadores em geral, não apenas historiadores passaram a ter acesso a um rico acervo que estava praticamente fechado para o desenvolvimento de estudos sobre elementos arquitetônicos, processo de urbanização local, mão de obra específica, além de outros aspectos que as plantas disponibilizam. Partindo desses pressupostos, o projeto atendeu a essa demanda de fonte de pesquisa diferenciada sobre aspectos urbanos e de organização de acervos, ao mesmo tempo em que possibilitou aos acadêmicos dos cursos de Bacharelado e Licenciatura em História da UEPG a oportunidade de colocarem em prática os estudos desenvolvidos em sala de aula sobre arquivos e fontes de pesquisa.

<sup>1</sup> Professora assistente do Departamento de História da Universidade Estadual de Ponta Grossa. Integrante do grupo de pesquisa "Identidades: cultura, experiência, linguagens", UEPG.

<sup>2</sup> Acadêmica do 4º ano do curso de Licenciatura em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, bolsista do Projeto de Extensão.

<sup>3</sup> Bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, participante do Projeto de Extensão.

<sup>4</sup> Bacharel em História pela Universidade Estadual de Ponta Grossa, participante do Projeto de Extensão.

<sup>5</sup> Acadêmica do 4º ano do curso de Bacharelado em História da Universidade Estadual de Ponta Grossa, participante do Projeto de Extensão.

**Palavras-chave:** Casa da Memória Paraná. Organização de acervos. Plantas arquitetônicas.

**Abstract:** This article presents the activities developed in an extension project that organized the collection of blueprints at Parana House of Memory, in the city of Ponta Grossa (PR). What justified the development of this activity is the understanding that the archives are a cultural object when used socially. That is to say, nowadays, we are commonly found with piles of unorganized papers, with no logic of functioning and that can be mistakenly known as files. This is not the case of the Parana House of Memory, however, due to the lack of qualified workforce for the cataloguing of its whole collection, part of it remains closed for research, not accomplishing its social function. This way, the project performed many activities, that is, starting from the organization; sanitation; cataloguing; growth of a virtual data base and the making of a research tool with the gathered information. Researches in general, not only historians, began to have access to a rich collection that was practically closed for the development of studies about architectonic elements, local urbanization process, specific workforce, besides other aspects that the blueprints show. Starting from these assumptions, the project tended to the demand of a different source of research about urban aspects and organization of collections, and at the same time making it possible for the academics from UEPG's History courses to have an opportunity to put in practice the studies developed in class about files and sources of research.

**Keywords:** Parana House of Memory. Organization of files. Blueprints.

### A cidade e suas fontes

A história faz-se com documentos escritos, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos quando não existem. (...) Numa palavra, com tudo o que, pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, demonstra a presença e a atividade, os gostos e as maneiras de ser do homem. (FEVRE, 1949, p. 4281 apud LE GOFF, 2006, p. 107)

A partir desse posicionamento de Fevre é possível pensar os diversos tipos de documentos que tratam o processo de organização e desenvolvimento urbano. Ou seja, toda cidade nasce, cresce e alguns determinados setores chegam até mesmo a morrer. Espaços vazios tornam-se largos, que com o passar do

tempo podem vir a se tornar praças ou podem ser loteados para futuras residências ou lojas. Casas são construídas, usufruídas, mantidas, reformadas ou demolidas. Essa é a dinâmica de qualquer cidade, em qualquer lugar.

No entanto, há poucas décadas os historiadores começaram a observar ao estudar o espaço urbano o que Fevre defendeu, isto é, nem todos os documentos que tratam de uma cidade estão escritos, muitos estão em outras formas de linguagem, em outro suporte, usando outros signos. Uma dessas formas são as plantas arquitetônicas. Esse tipo de documento é capaz de demonstrar a um bom leitor como uma construção *serve o homem* a partir da quantidade de peças existentes e a colocação dos cômodos na

planta, apresenta *os gostos e as maneiras de ser do homem* quando este opta por um tipo de material específico de construção ou escolhe um estilo arquitetônico despojado ou rebuscado.

Vista a partir deste prisma, a arquitetura passou a ser uma inestimável fonte de análise não apenas para se pensar em que medida ou para onde a cidade cresceu, mas para se pensar de que forma essa cidade foi se modificando, se transformando em uma nova cidade. Como as relações intra e extra familiares podem ser problematizadas quando se observa a disposição dos cômodos de uma residência ou a análise da existência de espaços para receber o visitante. Como as relações entre o público (rua) e o privado (interior) podem ser vislumbradas quando se analisa a fachada e a(s) entrada(s) de uma casa.

Enfim, essas são apenas algumas, dentre tantas possibilidades de análise do espaço urbano a partir de uma ótica historiográfica contemporânea. Porém, para que esse tipo de estudo se efetive é necessário que a cidade possua, guardado e organizado, um conjunto documental de plantas arquitetônicas com regularidade cronológica. Dessa forma, poderá disponibilizar o acervo a todos que tenham interesse em desenvolver estudos desses aspectos.

Ponta Grossa é uma cidade de 188 anos e no decorrer desse período passou por modificações estruturais que transformaram sua feição urbana. No decorrer do final do século XVIII e início do XIX, os viajantes que utilizavam o Cami-

nho do Viamão, para transitar entre São Paulo e o extremo sul do país; ou o caminho que conectava a região argentina de Corrientes, com o interior catarinense e os campos de Palmas, Guarapuava e Imbituva; além do caminho que se iniciava em Paranaguá, alcançava Curitiba e terminava no registro do Iguaçu, passavam ou se estabeleciam onde hoje se encontra a cidade de Ponta Grossa (GONÇALVES; PINTO, 1983, p. 17-18). Para tanto, desde o seu surgimento, Ponta Grossa atuou como um entroncamento, não apenas de *caminhos*, mas sim de culturas, povos e oportunidades de vivência.

No decorrer do século XVIII a região foi paulatinamente ocupada de maneira dispersa a partir da fixação de moradores nas propriedades rurais que foram fundadas com a doação das cartas de sesmarias. Com o século XIX, principiou-se o agrupamento de muitos desses habitantes em uma área específica que se “por um lado se restringe espacialmente, por outro se amplia socialmente” (GONÇALVES; PINTO, 1983, p. 18), visto que nessa área comum tropeiros, profissionais liberais, comerciantes e prestadores de serviço fixaram suas moradias e desenvolveram suas atividades.

Deste modo, surgiu o núcleo urbano de Ponta Grossa. Essa extensão primeira possui definidas distinções não somente arquitetônicas, mas de reconhecimento de urbe comuns ao século XIX, seja pela concepção primitiva ao redor do largo da igreja católica, com a presença do poder constituído nas adjacências, suas vias

acanhadas, como a fixação dos armazéns, oficinas ou escritórios junto às casas.

A partir da chegada da ferrovia, no final do século XIX, a ocupação da área central de Ponta Grossa se transformou. O quadro urbano primeiro não deu conta de abrigar esse desenvolvimento demográfico natural e voluntário, provocando a abertura de novas ruas, estendendo o espaço até então habitado. Sobrados foram edificadas, representando novos padrões culturais oriundos dos imigrantes que chegavam pelas linhas de trem.

Ponta Grossa nasceu, cresceu e se estruturou dessa forma, ou seja, como muitas outras cidades não possui um perfil arquitetônico homogêneo, mas sim construções de variadas vertentes, imóveis construídos em diferentes momentos que representam as transformações pelas quais a cidade passou no transcurso de sua história.

Parte desse perfil arquitetônico pode ser estudado analisando as plantas arquitetônicas que foram protocoladas na Prefeitura Municipal a partir de 1915, devido a aprovação do “Novo código de posturas municipais: regulamento de pesos e medidas, categoria dos negociantes, regimento interno e mais outros regulamentos do município de Ponta Grossa”, publicado na forma da Lei nº 391, de 24/09/1914. De acordo com essa lei as construções deveriam apresentar uma planta à Prefeitura Municipal seguindo algumas regras:

Art. 85 - Nenhuma obra, construção, reconstrução ou reparo, far-se-ha dentro do quadro urbano sem previa licença do Prefeito Municipal. (...)

Art. 86 - As licenças serão promovidas pelo proprietário ou seu procurador, perante o Prefeito Municipal.

§ 1º. - O requerimento declarará com precisão: o lugar com indicação da rua e número, si houver, a natureza e destino do prédio ou obra e será acompanhado dos seguintes documentos:

a) planta do terreno, com indicação clara das curvas e níveis de metro em metro, da posição e área da obra, indicando com cuidado a disposição dos raios e encanamentos de exgotos em relação à direção do encanamento geral;

b) plano completo da obra a fazer-se, compreendendo:

1º. - planta de cada pavimento;

2º. - elevação das fachadas principais. (...)

§ 3º. - Os planos serão sellados e assinados pelo proprietário ou seu procurador e pelo constructor que tenha de encarregar-se da construção técnica das obras. O proprietário e o constructor são solidariamente responsáveis, perante a Municipalidade, por qualquer infração das disposições deste Código. PALIDADE, 1914)

A partir das informações encontradas no Código de Posturas de 1914 diversos elementos obrigatórios para se conseguir a autorização para o início de qualquer construção permitem compreender como o processo de normatização gradativamente se efetivou. É possível afirmar isso, pois mesmo existindo legislação pertinente, muitas plantas não apresentam todos os itens solicitados,

a exemplo da mais antiga que data de 31/03/1915 e que não apresenta a indicação do nome da rua, bairro ou vila em que foi construída.

### **Casa da Memória Paraná e o Projeto de Extensão**

Nesse momento é interessante apresentar a instituição que foi utilizada para o desenvolvimento do projeto de extensão de catalogação de fontes. A Casa da Memória Paraná é um centro de documentação pertencente à Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Ponta Grossa. Foi criada em 1995, com a missão de guardar vários tipos documentais em múltiplos suportes que tratassem da história local e dos Campos Gerais em diversas temáticas. Desde 2001, intensificou um processo de organização e catalogação de seus acervos, tornando-se, efetivamente, um espaço que prioriza o atendimento a acadêmicos, pós-graduandos e pesquisadores em geral. No entanto, devido à carência de mão de obra qualificada para a catalogação de todo seu acervo dentro de seu quadro de funcionários, parte dele continua fechado para pesquisa. Entendendo que os arquivos são um objeto cultural quando socialmente compartilhados (LOPES, 2002, p. 178), a Casa da Memória Paraná não consegue cumprir plenamente sua função social, pois parte de seus acervos continuam indisponíveis, posto que não foram higienizados, organizados, catalogados, acondicionados e disponibilizados à comunidade.

Segundo Bellotto, “arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus têm co-responsabilidade no processo de recuperação da informação, em benefício da divulgação científica, tecnológica, cultural e social, bem como do testemunho jurídico e histórico” (2007, p. 35). Porém, para que uma dessas instituições acima citadas consiga atingir esse objetivo, faz-se necessário a “aplicação de procedimentos técnicos diferentes a material (sic) de distintas origens” (2007, p. 35), ou seja, apenas guardar não garante o acesso e a disponibilização da informação. Uma instituição pública, como a Casa da Memória Paraná, que guarda conjuntos documentais variados possui a responsabilidade de torná-los públicos, pois esses documentos surgiram a partir do convívio social de uma determinada comunidade no transcorrer de sua existência e devem retornar a ela, promovendo a preservação de seu patrimônio documental.

De acordo com Lopes, “são os arquivistas e os usuários dos arquivos que, com suas ações, os trazem para o domínio da cultura. Os documentos ganham vida, despertam do estado inanimado, quando se transformam em informações usadas pelas pessoas” (2002, p. 178). Concordando com esse posicionamento que defende o retorno à sociedade de corpus documentais representativos e que foram criados por ela própria e, atuando como uma historiadora, além de “profissional de arquivo” (BARROSO, 2002, p. 201) é que o projeto de exten-

são intitulado “As faces desconhecidas de Ponta Grossa: a organização do acervo de plantas arquitetônicas existente na Casa da Memória Paraná” foi idealizado e se concretizou.

Atualmente, defende-se cada vez mais a interrelação do ensino-pesquisa-extensão como uma necessidade básica para o desenvolvimento do conhecimento acadêmico. O presente projeto buscou esse diálogo de forma constante, pois as discussões desenvolvidas em sala de aula, tanto nas disciplinas específicas do curso de Bacharelado em História da UEPG - *Fundos Históricos e Arquivos, Museus e Patrimônio Histórico I e II* - como nas disciplinas formadoras do futuro professor-pes-

quisador no curso de Licenciatura em História da UEPG - *Oficinas de História* - encontraram nessa atividade prática o confronto com a realidade existente nos centros de documentação. As alunas participantes tiveram a oportunidade de conhecer as atividades e dificuldades cotidianas de uma instituição de guarda documental e ao mesmo tempo, utilizar o conhecimento apreendido em sala de aula para organizar o acervo de plantas arquitetônicas, desenvolvendo ações básicas como higienização de documentos até a criação do modelo de ficha de catalogação, assim como a catalogação de cada planta e do instrumento de pesquisa específico para o conjunto documental.

#### **Figura 1 – Higienização e catalogação**



Legenda: A primeira imagem apresenta o processo de higienização realizado em cada planta do acervo, nesse momento ocorreu a troca do envelope antigo pelo novo. A segunda imagem demonstra o trabalho de catalogação de uma planta.

Buscou-se dessa forma, uma mudança paradigmática no modelo de educação desenvolvido na academia, assim como da prática pedagógica, pois pretendeu uma aprendizagem entre pares (coordenadora do projeto, acadêmi-

cas e profissionais da Casa da Memória Paraná). Cada participante mediou a construção do conhecimento de forma distinta, sempre partindo da idéia da discussão constante como necessidade básica para o crescimento intelectual.

Ao mesmo tempo, essa atividade pode ser compreendida como uma oportunidade para os acadêmicos conhecerem “um imenso mercado de trabalho a ser desbravado” (LOPES, 2002, p. 179), visto que ainda hoje “a maior parte dos acervos brasileiros não foi recolhida aos arquivos e nem sofreu qualquer tipo de tratamento profissional, permanecendo em inúmeros depósitos à espera de alguma solução” (LOPES, 2002, p. 179).

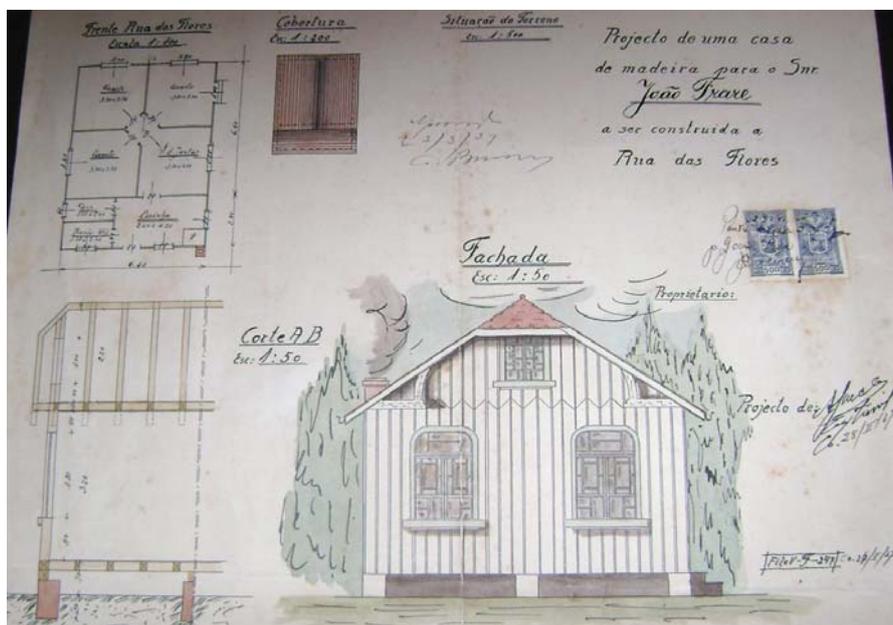
Atualmente, não existe na região dos Campos Gerais nenhuma instituição de ensino superior que ofereça o curso de Arquivologia e muitas cidades próximas, ou seja, na área de abrangência da UEPG, possuem museus e/ou casas da memória, justamente com a função de guardar registros de sua história, porém, não encontram mão-de-obra qualificada para iniciar a organização dos seus acervos. Conjugando a realidade encontrada *em inúmeros depósitos à espera de alguma solução com um imenso mercado de trabalho a ser desbravado*, o projeto de extensão buscou também qualificar acadêmicos para uma atividade profissional futura.

Além de todos os aspectos já apresentados, a escolha desse acervo em especial justificou-se na própria mudança conceitual do campo historiográfico, a partir do momento em que analisa

as transformações históricas ocorridas utilizando fontes de procedência e conteúdo diversos. Dessa forma, a cidade de Ponta Grossa, possuidora de representantes arquitetônicos representativos de tendências artísticas, momentos políticos, econômicos, culturais e sociais variados, praticamente engatinha em estudos dessa área. Poucos são os trabalhos existentes sobre a arquitetura da cidade devido à própria dificuldade em conseguir fontes que tratem o assunto.

A Casa da Memória Paraná não recebeu todo o conjunto de plantas arquitetônicas protocoladas na Prefeitura Municipal, mas sim um percentual considerável, compreendendo o recorte cronológico de 1915 a 1992. Independente dessa situação é possível afirmar que tais documentos garantem uma riqueza de informações sobre o processo de urbanização desenvolvido, ao mesmo tempo em que permitem compreender como a cidade foi construindo e destruindo seu perfil arquitetônico, componente de sua identidade patrimonial.

**Figura 2 – Planta de uma residência**



Legenda: Planta da casa de madeira de João Frare, na Rua das Flores, aprovada em 03/03/1927. Nesse exemplar, além da fachada pode ser observada a planta baixa, o recorte com a estrutura da casa e a forma de cobertura.

Atuando como um centro de documentação, a Casa da Memória Paraná, possui um rico acervo documental constituído essencialmente a partir de doações de particulares, mas também, de documentos provenientes do Poder Público Municipal, como é o caso do acervo de plantas arquitetônicas. A atual direção da instituição iniciou negociações para transferir para a Casa da Memória Paraná os exemplares de plantas arquitetônicas ainda existentes no prédio da Prefeitura Municipal, buscando completar o conjunto documental e cumprir com sua responsabilidade social, de acordo com o posicionamento de Bellotto visto anteriormente. No entanto, até o presente

momento não recebeu nenhuma resposta favorável à essa ação.

As atividades do projeto iniciaram em março de 2009 e se encerraram em dezembro de 2010 buscando organizar, catalogar e disponibilizar a comunidade todo o acervo de plantas arquitetônicas existente na instituição. Para tanto, após a seleção das acadêmicas participantes, a equipe fez uma avaliação do plano inicial de atividades proposto, para esclarecimentos, análises e contribuições. Na sequência ocorreu o treinamento das participantes sobre questões básicas, como higienização e cuidados necessários no trato documental, visto que diversos exemplares encontram-se em avançado

estado de deterioração, com rasgos ou ressecamento das fibras do papel tornando-o quebradiço.

A higienização e a troca de envelopes que acondicionam as plantas foram as etapas sequenciais. Concomitante a essa fase iniciou-se o levantamento dos campos necessários para a construção da ficha de catalogação dos documentos, sempre estando em acordo com as necessidades apresentadas pelos profissionais que atuam na Casa da Memória Paraná. Somente a partir do aceite do modelo de ficha de catalogação pela instituição é que se iniciou a catalogação propriamente dita. Após a catalogação de um corpus documental considerável foi iniciada a fase de alimentação do banco de dados virtual existente na instituição. Com o encerramento da catalogação das plantas as fichas preenchidas transformaram-se em um instrumento de pesquisa manuscrito (inventário analítico), com a finalidade de servir como uma cópia de segurança em caso de dano no banco de dados virtual.

Algumas ações ocorreram de forma concomitante a outras, pois foram cinco participantes (quatro acadêmicas e a professora coordenadora). Para a apresentação dos resultados alcançados pelo projeto optou-se por uma explanação que privilegie os aspectos classificados como intelectuais, ou seja, os critérios definidores do arranjo documental e não a descrição das atividades mecânicas: higienização dos documentos e troca de envelopes.

Uma das primeiras ações foi o estabelecimento dos campos a serem destacados no momento da catalogação, ou seja, a criação da ficha de catalogação. Essa ficha pode ser dividida em duas partes: a primeira é formada pelas informações pertinentes aos códigos específicos para a catalogação (código da planta, nome da pasta, data da catalogação, estado de conservação do documento e responsável pelo trabalho). Já a segunda parte da ficha possui as informações esclarecedoras sobre a planta arquitetônica em si, ou seja: proprietário do imóvel, endereço, bairro, data da aprovação do projeto, engenheiro, construtor e o campo das observações. Nesse último campo existem informações pré-determinadas idealizadas para facilitar o trabalho do futuro pesquisador do acervo, ou seja, conforme seu interesse irá direto às plantas que apresentem os aspectos que ele busca, como: planta baixa, mapa de situação do terreno, planta com recorte, se o imóvel é de alvenaria ou de madeira, se possui tabela de cálculos, se a planta já foi digitalizada e se existe histórico do imóvel na Casa da Memória Paraná; além de informações extras, como: se o imóvel possui sótão, se possui varanda frontal ou lateral, a que fim se destinava (por exemplo: garagem, depósito, moradia conjugada, fábrica de um determinado produto, entre outros) e se a planta foi assinada por um desenhista ou arquiteto.

Como o acervo estava apenas separado por ruas, mas sem nenhuma forma de catalogação e de lógica arquivística, optou-se por fazer uma conferência total

das plantas para verificar se elas estavam colocadas nos envelopes pertinentes as suas ruas. Com o término do trabalho, o acervo ficou formado por 243 pastas com nomes de ruas e bairros/vilas. No entanto, algumas destas pastas possuem continuidade devido à quantidade de plantas existentes na mesma rua e bairro/vila, portanto, o número total de pastas chega a 385, totalizando 1.151 envelopes.

Nas informações existentes nas próprias plantas algumas especificam em que rua o imóvel foi construído e em outras apresenta apenas em que bairro ou vila ocorreu a construção. Diante dessa situação decidiu-se que as plantas seriam colocadas em ordem alfabética, que tanto pode ser o nome da rua como o nome do bairro/vila. Somente então é que foram arranjadas por ordem cronológica. No entanto, diversas plantas não apresentam nenhuma identificação do local em que ocorreu a construção, apenas mencionam a data de aprovação do projeto pelo órgão responsável na Prefeitura Municipal ou a data de entrada do mesmo no protocolo. Nesses casos, esses documentos foram separados e arranjados apenas por ordem cronológica, o que gerou a abertura de 33 pastas com a especificação apenas do ano, totalizando 97 envelopes.

Também é necessário mencionar a existência de 02 pastas com 09 envelopes representando as plantas sem nenhum tipo de indicação sobre o local da cons-

trução e em que ano ocorreu. Independente da ausência dessas informações importantes justifica-se a manutenção desses documentos no acervo devido aos outros dados que podem ser observados, como: tipo da construção, material, características arquitetônicas, proprietário e mão-de-obra.

Uma das preocupações centrais na atividade de organização de um acervo é a qualidade de acondicionamento do documento, pois dessa maneira é possível garantir uma vida longa a determinados tipos documentais que se encontram fragilizados por mau acondicionamento ou pelo próprio desgaste imposto pelo uso e pelo tempo. Ao observar o tipo do documento constatou-se que o ideal seria a colocação em mapotecas, visto que muitas plantas são grandes e foram dobradas para serem guardadas nos setores específicos da Prefeitura Municipal antes da transferência à Casa da Memória Paraná. Acondicionadas em mapotecas seria possível desmanchar dobras originais, o que representaria um ganho no quesito conservação, mas devido à cultura política de constante falta de investimentos nos arquivos públicos foi necessário manter as plantas em envelopes guardados em pastas suspensas colocadas em arquivos de gavetas.

**Figura 3 – Planta danificada de uma residência**



Legenda: Planta da casa de madeira de Albino Kostrzevicz, na Rua Dr. Franco Grillo, aprovada em 25/06/1954. Interessante observar que o papel ressecado *quebrou* exatamente em sua dobra.

Diante dessa realidade, definiu-se que cada envelope receberia uma planta, quando muito sua cópia ou casos raros, como a divisão original da planta em duas ou três partes. Na parte externa do envelope aparece o código alfa-numérico daquela planta, composto pela letra inicial da rua; três dígitos que se referem ao número específico daquela rua; dois dígitos correspondentes à quantidade de pastas desta rua; e três dígitos que estabelecem a quantidade de plantas existentes nessa rua. Exemplo: A.001.01.001.

Como apresentado anteriormente, as pastas foram organizadas por ordem alfabética a partir da definição dos nomes de ruas e bairros/vilas. Cada pasta recebe até

cinco envelopes, ou seja, até cinco plantas distintas. Porém, existem casos em que determinadas ruas possuem mais que cinco plantas de imóveis, necessitando a abertura de novas pastas da mesma rua. Para não alterar o procedimento escolhido e nem modificar a lógica de organização são colocados números sequenciais na etiqueta de nomeação da rua alocado na parte superior da pasta suspensa, dando prosseguimento na catalogação e ordenamento. Exemplo: Av. Ernesto Vilela 1, Av. Ernesto Vilela 2.

**Figura 4 – Organização física**



Legenda: À esquerda gaveta com plantas já catalogadas, ordenadas por ruas e pastas sequenciais da mesma rua. À direita, gaveta ainda não organizada em processo de catalogação.

Após a apresentação dos dados quantitativos levantados, que não representam a totalidade das plantas produzidas na cidade, mas apenas o conjunto documental que se encontra sob responsabilidade da Casa da Memória Paraná é interessante pensá-lo a partir de algumas possibilidades de pesquisas futuras, ou seja, durante o processo de catalogação alguns elementos identificadores puderam ser observados.

O maior número de plantas do acervo retrata as construções realizadas na década de 1920. Nessa época, a maioria das residências não apresentava recuo, isto significava que eram construídas seguindo o alinhamento da rua, ou seja, direto nas calçadas. Possuíam fachadas de alvenaria e em alguns casos o restante era confeccionado em madeira. Muitos desses imóveis apresentavam áreas laterais, o que nos permite analisar que por mais que a separação entre a rua (espaço

público) e a casa (espaço privado) fosse muito tênue, o local que permitiria uma relativa privacidade eram as áreas ou varandas. Pode-se observar também que nesse momento surge o registro de construções com áreas destinadas ao comércio.

Na sequência das observações, percebe-se que a partir do final da década de 1930 e início de 1940 as casas começaram a apresentar recuo da calçada e área frontal, o que efetivamente pode ser compreendido como uma separação formal do espaço público para o espaço privado ou doméstico. Destaca-se também um aumento no número de construções de madeira, assim como a ocupação de novas áreas, representando o crescimento urbano e o povoamento de novas vilas e bairros.

Continuando as observações, constata-se que a maioria das plantas do final da década de 1970 e início de 1980 referem-se a escolas municipais erigidas na zona rural.

Enfim, nota-se que não houve um critério técnico para a formação do acervo de plantas existente na Casa da Memória Paraná, visto que também existe um grande número desse tipo documental sob responsabilidade do Arquivo Público Municipal. Assim, por mais que seja possível desenvolver interessantes pesquisas sobre a arquitetura local, uso dos espaços, separação entre público e privado, além do processo de urbanização da cidade, não é possível constituir um perfil detalhado sobre esse assunto. Pois, a planta mais recente data de 1992, o que levaria erroneamente a pensar que desde essa época nada é construído na cidade.

Para finalizar, o desenvolvimento do projeto “As faces desconhecidas de Ponta Grossa: a organização do acervo de plantas arquitetônicas existente na Casa da Memória Paraná” aponta para uma forma diferenciada de se conjugar a futura produção acadêmica referente à história arquitetônica de Ponta Grossa advinda de profissionais de diversas áreas, com a atividade de extensão em que instituições locais poderão ter seus acervos documentais sumariamente organizados e disponibilizados para a comunidade. Ao mesmo tempo, acadêmicos dos cursos de História da UEPG ampliarão suas perspectivas intelectuais ao se depararem com realidades profissionais distintas e com fontes de pesquisa possíveis para suas atividades enquanto na academia ou na continuação de seu processo de formação em cursos de pós-graduação. Como apresentado anteriormente, Ponta Grossa possui 188 anos o que nos faz pensar na quantidade de acervos ainda por descobrir!

## Referências bibliográficas

- ARQUIVO PÚBLICO DO PARANÁ. *Preservação de documentos de arquivo*. Curitiba: Imprensa Oficial, 2007.
- BARROSO, V. L. M. Arquivos e documentos textuais: antigos e novos desafios. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n° 31, 2002, p. 197-206.
- BELLOTTO, H. L. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.
- CAMARGO, C. R. Os centros de documentação das universidades: tendências e perspectivas. In: SILVA, Z. L. (Org.). *Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas*. São Paulo: UNESP, FAFESP, 1999, p. 49-63.
- FONSECA, M. O. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- GONÇALVES, M. A. C. & PINTO, E. A. *Ponta Grossa: um século de vida (1823-1923)*. Ponta Grossa: Kugler, 1983.
- LE GOFF, J. *História e memória*. Campinas: Editora Unicamp, 2006.
- LOPES, L. C. O lugar dos arquivos na cultura brasileira. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n° 31, 2002, p. 177-186.
- MUNICIPALIDADE DE PONTA GROSSA. *Novo código de posturas municipais: regulamento de pesos e medidas, categoria dos negociantes, regimento interno e mais outros regulamentos do município de Ponta Grossa*. Ponta Grossa: Oficinas da Livraria Modelo, 1915.
- PAES, M. L. *Arquivo teoria e prática*. Rio de Janeiro: FGV, 2007.